

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 20.

Polícia de SP investiga se contador morto a tiros, sem reagir, foi vítima de latrocínio ou execução; veja vídeo

A Polícia Civil investiga se um contador morto a tiros, sem reagir, foi vítima de latrocínio ou execução na Zona Sul de São Paulo. O caso ocorreu na manhã da última quarta-feira (29) em frente a empresa de contabilidade onde ele trabalhava, e foi gravado por câmeras de segurança (veja vídeo abaixo; as cenas são fortes).

José Horley de Sousa tinha 36 anos e foi baleado quando estava dentro de seu carro, estacionado na Rua Coronel Francisco Inácio, na região do Sacomã. Ele ainda chegou a ser socorrido e levado ao Hospital Heliópolis, onde não resistiu aos ferimentos e morreu.

O criminoso é um motociclista, que fugiu após roubar o relógio e a carteira do contador e atirar ao menos quatro vezes nele.

Imagens gravadas por câmeras de segurança, e que circulam nas redes sociais, mostram que José não reagiu ao assalto. As cenas mostram que o carro, um Chevrolet Cruze vermelho, está parado na rua, quando um homem numa moto sobe a calçada se aproxima e aponta a arma para o veículo, que estava com os vidros escuros fechados.

No vídeo, feito por duas câmeras, ainda é possível ver o contador abrir a porta e entregar os pertences ao criminoso, que atira diversas vezes no motorista.

O bandido, que usa mochila e capacete, foge em seguida na sua motocicleta.

O caso foi registrado inicialmente como latrocínio, que é o roubo seguido de morte, no 95º Distrito Policial (DP), Cohab-Heliópolis.

Mas segundo o delegado que investiga a morte do contador e tenta identificar o criminoso, também está sendo apurada a possibilidade de José ter sido vítima de uma execução.

“O caso foi inicialmente registrado como latrocínio, mas a possibilidade de homicídio também é investigada. Estamos trabalhando com as duas vertentes”, afirmou à reportagem o delegado Carlos Miranda. De acordo com a investigação, a moto do criminoso não era roubada, mas estaria usando placa clonada. O celular do contador e um comprovante de transação bancária, no valor de R\$ 50 mil, que estavam no automóvel da vítima, foram apreendidos pela polícia.

Além de analisar as imagens das câmeras de vídeo, que gravaram a morte do contador, a investigação quer ouvir o depoimento de testemunhas.

Internet: <www.g1.globo.com> (com adaptações).

Com base no texto, julgue os itens a seguir.

- 1 No título, o emprego do presente do indicativo, “investiga”, aponta para fato ocorrido no passado, como em geral acontece em notícias.
- 2 No título, a forma “veja”, por estar no imperativo, indica possibilidade de interatividade com o leitor.
- 3 A palavra “se”, no trecho “se um contador morto a tiros, sem reagir, foi vítima de latrocínio ou execução na Zona Sul de São Paulo”, atua como um pronome reflexivo.
- 4 No trecho “em frente a empresa de contabilidade onde ele trabalhava”, é obrigatório o uso do acento indicativo de crase em “em frente a”.
- 5 No primeiro parágrafo, a passagem “(veja vídeo abaixo; as cenas são fortes)” aparece entre parênteses por se tratar de comentário do veículo de comunicação julgando os fatos relatados.
- 6 A oração “quando estava dentro de seu carro” classifica-se como subordinada adverbial temporal.

- 7 O verbo “morrer”, em “onde não resistiu aos ferimentos e morreu”, é intransitivo.
- 8 No trecho “O criminoso é um motociclista, que fugiu após roubar o relógio e a carteira do contador e atirar ao menos quatro vezes nele”, o pronome em “nele” refere-se ao contador alvo da notícia.
- 9 No período “Imagens gravadas por câmeras de segurança, e que circulam nas redes sociais, mostram que José não reagiu ao assalto”, por modificar a forma verbal “mostram”, a oração “que José não reagiu ao assalto” é adverbial.
- 10 No trecho “As cenas mostram que o carro, um Chevrolet Cruze vermelho, está parado na rua”, o termo “um Chevrolet Cruze vermelho” ajuda a explicar o termo “carro”, funcionando como adjunto adnominal.
- 11 O emprego do presente do indicativo na passagem “quando um homem numa moto sobe a calçada se aproxima e aponta a arma para o veículo” caracteriza-se pelo uso como presente narrativo (ou histórico).

- 12** No trecho “os vidros escuros fechados”, os dois adjuntos adnominais ligados ao substantivo diferenciam-se pela natureza: um indica uma característica duradoura, enquanto o outro indica uma característica transitória.
- 13** No período “No vídeo, feito por duas câmeras, ainda é possível ver o contador abrir a porta e entregar os pertences ao criminoso, que atira diversas vezes no motorista.”, a oração “que atira diversas vezes no motorista”, por caracterizar “criminoso”, funciona como subordinada adjetiva.
- 14** Para se atender à regência de “em seguida”, no trecho “foge em seguida na sua motocicleta”, a forma “na” deveria ser substituída por “à”.
- 15** No período “O caso foi registrado inicialmente como latrocínio, que é o roubo seguido de morte, no 95º Distrito Policial (DP), Cohab-Heliópolis.”, o termo “como latrocínio”, por ser o predicativo do sujeito, não poderia ser preposicionado.
- 16** Na estruturação sintática do sintagma “a morte do contador”, observa-se que o termo preposicionado representa a ação implícita na ideia do substantivo “morte”.
- 17** No trecho “também está sendo apurada a possibilidade de José ter sido vítima de uma execução”, o substantivo “possibilidade” atua como objeto direto de “está sendo apurada”.
- 18** No trecho “Estamos trabalhando com as duas vertentes”, as duas vertentes referem-se a: latrocínio e homicídio.
- 19** No trecho “O celular do contador e um comprovante de transação bancária, no valor de R\$ 50 mil, que estavam no automóvel da vítima, foram apreendidos pela polícia.”, o termo “apreendidos” concorda tanto com “contador” quanto com “comprovante”.
- 20** No período “Além de analisar as imagens das câmeras de vídeo, que gravaram a morte do contador, a investigação quer ouvir o depoimento de testemunhas.”, o termo “investigação” passa por um processo de personificação, como é típico em contextos como o apresentado no texto.

Um escritório jurídico especializado em causas cíveis possui três advogados: Dr. Andrade; Dra. Barros; e Dr. Costa. Para otimizar o trabalho, os processos são distribuídos entre eles, de acordo com as seguintes regras lógicas.

- I Se um processo envolve direito do consumidor, então ou dr. Andrade ou dra. Barros deverá atendê-lo.
- II Se um processo não envolve contratos, então dr. Costa não deverá atendê-lo.
- III Se dra. Barros atende um processo, então ele não envolverá direito de família.

Com base nessa situação hipotética e considerando essas regras, julgue os itens a seguir.

- 21** Se um processo envolve direito do consumidor e direito de família, então o dr. Andrade deverá atendê-lo.

- 22** Se um processo é atendido pelo dr. Costa, então ele envolverá contratos.
- 23** Se um processo não é atendido pela dra. Barros, então ele envolverá direito de família.

Um advogado especializado em direito civil está analisando as estatísticas de seus processos nos últimos 3 anos. Ele observou que:

- 40% dos processos são relacionados a direito de família;
- 30% dos processos são relacionados a direito imobiliário;
- 20% dos processos são relacionados a direito do consumidor; e
- Os 10% restantes são de outras áreas.

Em um levantamento sobre o tempo médio de duração (em meses) desses processos, ele obteve os seguintes dados:

- direito de família: 15 meses;
- direito imobiliário: 24 meses;
- direito do consumidor: 12 meses; e
- outras áreas: 18 meses.

Com base nessa situação hipotética e nessas informações, julgue os itens seguintes.

- 24** Se o advogado atendeu 200 processos nos últimos 3 anos, então o número de processos de direito imobiliário foi igual a 60.
- 25** Escolhendo aleatoriamente um processo dos últimos 3 anos, se ele nem é de direito de família, nem de direito imobiliário, então a probabilidade de ser de direito do consumidor será maior que 50%.
- 26** Se o advogado cobrou, em média, R\$ 3.000 por processo de direito de família, R\$ 5.000 por processo de direito imobiliário, R\$ 2.500 por processo de direito do consumidor e R\$ 4.000 pelos demais, então seu faturamento médio por processo foi maior que R\$ 3.800.

Um escritório de advocacia está analisando o tempo gasto em diferentes tipos de processos judiciais. Para um estudo estatístico, eles coletaram os tempos (em meses) para a conclusão de 10 processos similares, obtendo-se a seguinte amostra: 8, 12, 9, 15, 10, 8, 11, 14, 10, 13.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 27** A mediana do tempo de conclusão desses processos é igual a 10,5 meses.
- 28** A probabilidade de selecionar aleatoriamente um processo dessa amostra cujo tempo de conclusão seja maior que 10 meses é de 50%.
- 29** Se for adicionado um novo processo à amostra e a média passar a ser 12 meses, então o tempo de conclusão desse novo processo foi inferior a 20 meses.
- 30** Se, a todos os valores da amostra, forem somados 2 meses, então a nova média da amostra será alterada para 2 meses a mais, e o desvio padrão não será alterado.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Existem diversos tipos de computadores (*laptop*, *notebook*, *desktop*, servidor etc.). Com base nessa informação, julgue os itens a seguir.

- 31** Um computador do tipo servidor pode ser utilizado em escritórios de advocacia para centralizar arquivos e facilitar o compartilhamento seguro de documentos entre os colaboradores.
- 32** O sistema operacional é um tipo de *software* que atua como intermediário entre o *hardware* e os programas de aplicação utilizados pelo usuário.

Os aplicativos de escritório (Word, Excel e PowerPoint) são ferramentas de produtividade fundamentais para um advogado. Com base nessa informação, julgue os itens seguintes.

- 33** O Microsoft Word, parte do Office 365, permite o uso de controle de alterações, ferramenta essencial para revisar e compartilhar petições ou contratos entre advogados e clientes.
- 34** O Microsoft Word não permite a inserção de comentários em documentos, o que limita sua utilidade para revisão de contratos jurídicos.
- 35** O Word possui uma funcionalidade robusta de inserção de comentários, essencial para revisões colaborativas de contratos, petições e pareceres jurídicos.

A Internet é uma poderosa ferramenta de consultas para os advogados. Com base nessa informação, julgue os itens a seguir.

- 36** O uso de aspas (""") nas pesquisas no Google aumenta a quantidade de resultados e torna a pesquisa mais ampla.
- 37** Advogados podem utilizar operadores como "site:" para restringir pesquisas a domínios jurídicos específicos, como tribunais ou órgãos públicos.

Um escritório de advocacia gera muitos documentos e a organização deles é fundamental para poder localizá-los com rapidez e segurança. Com base nessa informação, julgue os itens seguintes.

- 38** Armazenar cópias de arquivos em nuvem, como no OneDrive ou Google Drive, aumenta a segurança e a acessibilidade dos documentos jurídicos.
- 39** Todos os programas instalados no computador do advogado devem ser removidos automaticamente após 30 dias, para evitar acúmulo.

A segurança de informação é um esforço contínuo de todos os envolvidos. Com base nessa informação, julgue o item a seguir.

- 40** Salvar senhas de acesso a sistemas jurídicos no navegador é uma prática recomendada para facilitar o uso diário.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Considerando as normas estabelecidas no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal – Decreto nº 1.171/1994 –, julgue os itens a seguir.

- 41** A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, integra-se à vida particular de cada servidor público. Nesse contexto, é correto afirmar que a embriaguez, mesmo que fortuita e involuntária, constitui falta funcional e representa violação ao Código de Ética.
- 42** Estão sujeitos às disposições do Código de Ética todos aqueles que prestem serviços de natureza permanente, mediante retribuição financeira, excluindo-se, portanto, aqueles que possuam vínculo temporário e sem retribuição financeira.

Segundo a Lei nº 8.429/1992, que trata das sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, julgue os itens seguintes.

- 43** A conduta culposa do agente público não é suficiente para caracterizar o ato de improbidade administrativa que importe em enriquecimento ilícito, sendo indispensável a presença do dolo.
- 44** A pena de suspensão dos direitos políticos é aplicada ao agente público, em razão de seu vínculo com a Administração Pública, não se estendendo ao terceiro que, com ele, concorreu para a prática do ato de improbidade.
- 45** A correção monetária e os juros de mora da pena de multa civil devem incidir desde a data do ato de improbidade administrativa.
- 46** A contratação de servidores públicos temporários sem a realização de concurso público, ainda que amparada por legislação local, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- 47** A ação de improbidade administrativa somente deve ser recebida pelo juiz quando houver elementos concretos que indiquem a presença de dolo específico por parte do agente e a existência de prejuízo ao erário.

À luz da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, julgue os itens a seguir.

- 48** Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se, no mês do vencimento, não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

- 49** Caso a Administração identifique que um ato ilegal gerou efeitos favoráveis para os destinatários, poderá, com base no princípio da autotutela, revogá-lo, no prazo decadencial de cinco anos, respeitando-se, contudo, os direitos adquiridos pelos interessados de boa-fé.

No que diz respeito à Lei nº 13.709/2018, que trata da proteção de dados pessoais, julgue os itens seguintes.

- 50** O princípio da adequação consiste na compatibilidade do tratamento de dados com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.
- 51** O tratamento de dados pessoais sensíveis poderá ocorrer, sem o consentimento do titular, quando for indispensável para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.

Quanto à Lei nº 12.846/2013, que trata a respeito da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 52** Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.
- 53** Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.
- 54** A celebração do acordo de leniência pelo agente infrator elide a condenação judicial por danos morais coletivos.
- 55** O Ministério Público Federal é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal.

De acordo com o Decreto-Lei nº 9.295/1946, que cria o Conselho Federal de Contabilidade e prerrogativas dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), julgue os itens a seguir.

- 56** Compete ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovar os regimentos internos organizados pelos Conselhos Regionais, modificando o que se tornar necessário, a fim de manter a respectiva unidade de ação.
- 57** A carteira profissional, visada pelo presidente do CFC, servirá como documento de identidade e terá fé pública.

- 58** A falta de pagamento de multa devidamente confirmada importará, decorridos 30 dias da notificação, em suspensão, por 90 dias, do profissional ou da organização que, nela, tiver incorrido.
- 59** O recurso contra decisões do CRC que aplicarem pena de multa será dirigido ao CFC e terá efeito suspensivo.
- 60** As empresas que atuam no ramo de serviços contábeis devem se registrar e pagar anuidade ao CFC.

Quanto ao estabelecido na Resolução CFC nº 1.523/2017, que versa a respeito do Código de Conduta dos Conselheiros, Colaboradores e Funcionários, julgue os itens seguintes.

- 61** Segundo o Código de Conduta, a censura ética é o documento que explicita os comportamentos considerados inaceitáveis, bem como as medidas a serem adotadas para assegurar o cumprimento do referido código, indicando a conduta apropriada no ambiente de trabalho.
- 62** A comissão de conduta instituída para apuração de infração cometida por conselheiro do Sistema CFC/CRCs será composta de três conselheiros do CFC e dos respectivos substitutos.
- 63** Os integrantes das comissões de conduta terão mandato de três anos, sendo vedada a recondução.
- 64** O presidente das comissões será eleito pelo plenário do CFC para mandato de dois anos, sendo permitida a recondução.
- 65** O integrante da comissão que estiver respondendo a um processo ético, criminal ou administrativo-disciplinar ficará suspenso de suas funções até o trânsito em julgado.

Segundo as normas previstas na Resolução CRC-SP nº 1.093/2011 – Regimento Interno do CRC-SP –, julgue os itens a seguir.

- 66** O cargo de conselheiro, inclusive quando investido na função de membro de órgão deste CRC, é de exercício gratuito, e será considerado serviço relevante.
- 67** O conselho diretor é composto do presidente, dos vice-presidentes e de mais três conselheiros efetivos, eleitos pelo plenário, com mandato de dois anos.
- 68** A Câmara de Política Institucional constitui órgão deliberativo superior do CRC do estado de São Paulo.
- 69** Compete ao conselho diretor conceder licença ao presidente, vice-presidentes e aos demais conselheiros.
- 70** Ao conselheiro que exerceu a presidência no biênio anterior, por período igual ou superior a 40% do mandato, é vedado ocupar uma vice-presidência no biênio imediatamente posterior.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em relação ao Título IV – Capítulo I – Seção IX da Constituição Federal de 1988, que trata da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

- 71** É vedado ao Tribunal de Contas da União aplicar sanções diretamente a servidores públicos, uma vez que sua atuação está limitada à fiscalização externa e emissão de pareceres.
- 72** É competência do Tribunal de Contas da União julgar as contas do presidente da República, emitindo parecer prévio vinculativo ao Congresso Nacional.

Com relação ao Título III – Capítulo VII da Constituição Federal de 1988, que trata da Administração Pública, julgue os itens seguintes.

- 73** Os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, devem ser exclusivamente destinados a atribuições técnicas ou operacionais, que demandam qualificação específica.
- 74** A Constituição Federal de 1988 exige que a Administração Pública realize avaliação periódica de desempenho de seus servidores estáveis, como condição para manutenção no cargo.
- 75** É permitida a acumulação remunerada de cargos públicos de qualquer natureza, desde que haja compatibilidade de horários.

A respeito da Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, julgue os itens a seguir.

- 76** A Lei Complementar nº 123/2006 institui o regime unificado de arrecadação de tributos e as contribuições, denominado Simples Nacional, aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte.
- 77** Para fins da Lei Complementar nº 123/2006, considera-se microempresa a pessoa jurídica que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 4,8 milhões.
- 78** O ingresso no Simples Nacional é automático para as empresas que se enquadrarem nos limites de receita bruta e que não pratiquem nenhuma vedação legal.
- 79** As microempresas e empresas de pequeno porte têm tratamento favorecido quanto ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, sem prejuízo dos direitos dos empregados.

A Lei nº 14.133/2021 trouxe diversas modificações em relação à legislação anterior (Lei nº 8.666/93). Quanto à Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, julgue os itens seguintes.

- 80** A modalidade de licitação denominada "convite" permanece válida na Lei nº 14.133/2021, desde que respeitado o limite de valor atualizado.
- 81** É dispensável a licitação para contratação de profissional do setor artístico consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

A Lei nº 10.303/2001 visa aprimorar o funcionamento do mercado de capitais brasileiro, com foco na proteção dos investidores e na garantia de informações transparentes. Com base nessa legislação, julgue os itens a seguir.

- 82** A Lei nº 10.303/2001 alterou a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) para reforçar a proteção dos acionistas minoritários, especialmente em operações de alienação de controle.
- 83** Com a alteração promovida pela Lei nº 10.303/2001, passou a ser obrigatória a publicação de demonstrações financeiras por todas as sociedades limitadas, independentemente de seu porte.
- 84** A Lei nº 10.303/2001 modificou dispositivos sobre o capital autorizado, permitindo que o estatuto social fixe limite para aumento de capital sem nova deliberação da assembleia geral.
- 85** A Lei nº 10.303/2001 retirou da comissão de valores mobiliários (CVM) o poder de regulamentar e fiscalizar os auditores independentes.



RASCUNHO

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é o órgão responsável pela emissão, atualização e supervisão das normas brasileiras de contabilidade aplicáveis à auditoria, especialmente as Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas de Auditoria (NBC TA). Com base nessas normas de auditoria, julgue os itens seguintes.

- 86** A documentação de auditoria é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e das conclusões alcançadas pelo auditor.
- 87** Auditor experiente é um indivíduo (interno ou externo à firma de auditoria) que possui experiência prática de auditoria e certificação profissional de auditor.
- 88** A amostragem em auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria em menos de 100% dos itens de uma população relevante, com o objetivo de obter evidência suficiente e apropriada.
- 89** A execução dos testes de auditoria deve ser realizada conforme o planejamento estabelecido, sendo vedada qualquer alteração nos procedimentos durante a execução dos trabalhos.
- 90** A auditoria operacional é voltada para a avaliação da conformidade das demonstrações contábeis com os princípios contábeis aplicáveis, sendo, portanto, equivalente à auditoria contábil.
- 91** Evidência de auditoria é a informação utilizada pelo auditor para fundamentar suas conclusões, devendo, sempre, ser obtida por meio de testes substantivos.
- 92** Se uma questão relevante é apresentada adequadamente nas demonstrações contábeis, mas o auditor considera importante destacar ao usuário, ele pode incluir um parágrafo de ênfase no relatório, sem modificar sua opinião.

As normas globais de auditoria interna do IIA (*Institute of Internal Auditors*) orientam a prática profissional mundial de auditoria interna e servem como base para avaliar e elevar a qualidade da função de auditoria interna. Com base nessas normas internacionais para o exercício profissional da auditoria interna, julgue os itens a seguir.

- 93** Ao analisar a prestação de contas de uma viagem a serviço, o auditor interno deve verificar a exatidão dos valores e a formalização dos documentos, sem necessidade de avaliar a pertinência dos gastos, uma vez que esta é responsabilidade do gestor que autorizou a viagem.
- 94** Segundo as normas internacionais de auditoria interna, o auditor interno deve exercer o ceticismo profissional, o que inclui questionar e avaliar criticamente a confiabilidade das informações, mesmo quando fornecidas por gestores de alto escalão.

- 95** A objetividade do auditor interno está garantida desde que ele não aceite presentes ou favores de terceiros, não sendo necessário se abster de avaliar atividades pelas quais foi responsável recentemente.
- 96** Ao elaborar o relatório de auditoria, o auditor interno deve comunicar as constatações, mesmo que não tenha conseguido reunir evidências suficientes para sustentá-las.
- 97** A análise dos papéis de trabalho elaborados por outros auditores deve levar em consideração o julgamento profissional e os critérios previamente definidos no programa de auditoria.

Com base nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue os itens seguintes.

- 98** De acordo com o CPC 16 (R1) – Estoques, os estoques devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.
- 99** O CPC 16 (R1) – Estoques permite que os estoques sejam avaliados pelo método Último a Entrar, Primeiro a Sair (UEPS), desde que essa seja a prática usual da entidade.
- 100** A demonstração dos fluxos de caixa pode ser elaborada pelo método direto ou indireto, sendo que o método direto é obrigatório para todas as entidades.
- 101** A demonstração do valor adicionado (DVA) é obrigatória para todas as sociedades por ações, conforme determinado pela Lei nº 6.404/1976.
- 102** A demonstração do valor adicionado (DVA) deve apresentar, entre outras informações, o valor adicionado distribuído aos diversos *stakeholders*, como empregados, governo, financiadores e acionistas.
- 103** O patrimônio líquido é definido como a diferença entre o ativo e o passivo de uma entidade.

Em relação aos registros contábeis, julgue os itens a seguir.

- 104** No livro diário, devem ser lançadas, em ordem cronológica, com individualização, clareza e referência ao documento probante, todas as operações ocorridas, e quaisquer outros fatos que provoquem variações patrimoniais.
- 105** O nível de detalhamento da escrituração contábil deve estar alinhado às necessidades de informação de seus usuários.

Com base na análise das demonstrações financeiras, julgue os itens seguintes.

- 106** A liquidez geral é um indicador utilizado para avaliar a capacidade da empresa em saldar apenas as obrigações de curto prazo.

- 107** Um índice de liquidez corrente superior a 1,0 garante, necessariamente, uma boa situação financeira da empresa.
- 108** A principal vantagem do EBITDA (*Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), globalmente, é permitir a comparação de desempenho operacional entre empresas de diferentes países.
- 109** A análise isolada de um índice contábil, sem a consideração de tendências históricas ou comparação com padrões do setor, pode conduzir a interpretações incorretas quanto à saúde financeira da entidade.
- 110** O uso de índices compostos em série histórica é limitado pela alteração da base contábil e critérios de mensuração ao longo do tempo, o que compromete a comparabilidade.
- 111** Um aumento no índice de endividamento geral indica, necessariamente, deterioração na estrutura financeira da empresa.

Em relação à qualidade da informação da contabilidade pública no Brasil, ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), julgue os itens a seguir.

- 112** A informação contábil útil deve possuir como característica qualitativa essencial a representação fidedigna dos fenômenos econômicos, mesmo que não corresponda à sua forma jurídica.
- 113** O estágio da liquidação da despesa é anterior à fixação da dotação orçamentária.
- 114** O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) estabelece regras exclusivamente para o nível federal de governo.
- 115** Os restos a pagar processados devem ser registrados como passivo financeiro.
- 116** O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) classifica as contas segundo a natureza da informação: patrimonial; orçamentária; e de controle.

Com base no processo orçamentário brasileiro e na legislação que trata a respeito do orçamento público no Brasil, julgue os itens a seguir.

- 117** A Constituição Federal de 1988 estabelece que o Plano Plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e a lei orçamentária anual (LOA) são de iniciativa privativa do Poder Legislativo.
- 118** O princípio da não afetação da receita tributária impede qualquer tipo de vinculação, inclusive para saúde e educação.
- 119** O princípio da universalidade determina que o orçamento deve conter todas as receitas e despesas de todos os entes.
- 120** Os créditos adicionais são autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária anual (LOA).

